

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.

Aos treze dias do mês de janeiro do ano dois mil, às 10:00 hs, na sala de reuniões do gabinete do Procurador-Geral de Justiça, reuniram-se ordinariamente os Membros do Conselho Superior do Ministério Público, constatou-se a presença dos Excelentíssimos Senhores José Omar de Almeida Júnior, Presidente, Alcir Raineri Filho, Secretário, Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa, Membro e Vera Nilva Álvares Rocha, Membro. Verificado a presença de todos os membros, o Senhor Presidente proferiu as seguintes palavras: "**Sob a proteção de Deus e havendo número legal declaro aberta a presente sessão**". Em discussão o primeiro ponto da pauta, o senhor Secretário passou à leitura da Ata da Sessão anterior, seguindo-se a deliberação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Em discussão o segundo ponto da pauta, versando sobre a apreciação das impugnações ou eventuais desistências relativas ao Concurso de Remoção pelo critério de antiguidade ao Cargo de Promotor de Justiça Cível da Comarca de Colinas do Tocantins, Edital nº 061, publicado no Diário Oficial nº 865, de 25/11/99, verificou-se constar pleito de desistência formulado pelo único candidato inscrito, o Excelentíssimo Senhor Félix Tabera Filho, Promotor de Justiça da Comarca de Guaraí, tendo o Colegiado, por unanimidade homologado a desistência, declarando vago o cargo, para o fim de provê-lo por Promoção, pelo critério de Antiguidade, vez que, a última promoção na entrância, dera-se pelo critério de Merecimento, na Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de 3ª entrância de Dianópolis. Em discussão o terceiro ponto da pauta, versando sobre apreciação do Quadro Geral de Antiguidade, elaborado pelo gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em discussão à matéria, por unanimidade, o Colegiado deliberou aprová-lo, para vigorar durante o presente exercício. Esgotada a pauta, o Presidente do Conselho fez uso da palavra esclarecendo que, face a necessidade de melhorar o atendimento ao público destinatário dos serviços desta Instituição, pretende colocar em Remoção a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Capital, razão porque consultou os demais membros do Conselho, quanto a conveniência de incluir a matéria na pauta da presente sessão, tendo o Colegiado, pôr unanimidade, acatado a proposição da presidência, bem como, deliberou ainda que o provimento do respectivo cargo de Promotor de Justiça, dar-se-á pôr Remoção pelo critério de Merecimento, vez que a última remoção na entrância, embora não efetivada, face a inexistência de candidatos, instaurou-se através do Edital nº 060/99, retro mencionado, pelo critério de Antiguidade, relativo a Promotoria de Justiça Cível de Colinas do Tocantins, ficando o Procurador-Geral de Justiça autorizado a determinar a expedição do respectivo Edital. Nada mais havendo para constar, eu Alcyr Raineri Filho, Alcir Raineri Filho, lavrei a presente Ata, a qual após lida, conferida e assinada pelos Membros do Conselho Superior, será encaminhada para a publicação.

José O. Almeida J.
PRESIDENTE

Jacqueline Adorno de L. C. Barbosa
MEMBRO

Vera Nilva A. Rocha
MEMBRO

Alcyr Raineri Filho
SECRETÁRIO

Assinada em 25/02/00